

# 1 Introdução

Minha aspiração certamente não é acessar o pensamento de autores há muito falecidos; mas, apenas usar técnicas da pesquisa histórica para capturar seus conceitos, seguir suas distinções, apreciar suas crenças e, o quanto for possível, enxergar por seus olhos.

Quenti Skinner. **Visions of Politics. Regarding Method**. 2002.

E jamais, em todas as páginas da nossa história laços mais íntimos, nem ligações mais estreitas, prenderam o nobre povo brasileiro, que os experimentava, ao excelso trono em que se assenta a augusta família de V. M. Imperial.

Alfredo de Escragnoille Taunay. **Alocução**. 1888.

Para quem lê a segunda epígrafe, tendo em vista o ano de 1889 como o fim do Império, a **Alocução**<sup>1</sup> de Visconde de Taunay, enquanto discurso no qual, em 1888, se fala pela continuidade do que certamente teria fim em breve, parecerá incoerente com o que estava em jogo no momento. Afinal, o fim do Império sugere que esse deva ter experimentado uma crise ou algum tipo de processo que implicou seu término e, assim, frente a tal causalidade, a voz de Taunay parece não ter projeção, como se para a narrativa da crise, ao armar seu argumento por um jogo entre causa e efeito, não fosse necessária nenhuma expectativa ou experiência para além do processo que está sendo narrado<sup>2</sup>. A questão é que se para a narrativa da crise é pouco representativo ouvir discursos sem projeção (como se fossem apenas ecos de algo fadado a ser passado e, assim, passíveis de serem esquecidos) há que se destacar que não seria apenas o Visconde de Taunay, mas o conjunto de sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que, por sua íntima relação com o Imperador<sup>3</sup>, seriam postos em condição secundária frente outros atores que, esses sim, moveram a história em direção à superação de um período e ao nascimento de outro. Assim, dito de forma breve, no momento em que a expectativa da crise suspende certos discursos da narrativa

---

<sup>1</sup> TAUNAY, Alfredo d'Escragnoille Taunay, Visconde de, 1843-1899. **Alocução pelo sócio Honorário o Sr. Senador Alfredo de Escragnoille Taunay**. 51 (78): 39-47, 1888. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB.

<sup>2</sup> O ponto aqui não é, em absoluto, uma desqualificação da escrita da história enquanto narrativa de um processo. Apenas destacamos que, na construção de um enredo que expõe o que aconteceu, especialmente pela dimensão literária do texto (necessária para sua inteligibilidade) certas arestas são polidas da narrativa. A expectativa de uma causa para o efeito que se observa (o fato histórico), enquanto *aporia* desse procedimento narrativo (C.f. LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006) exige certa atenção à coerência entre as forças históricas em jogo. A crise, por fim, pode encobrir continuidades e, mais importa notar, minimizar o sentido de certas representações, discursos e projetos.

<sup>3</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Pascoal. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial**. R. IHGB. 156 (388): 459-614, 1995.

por serem supostamente de menor importância, ficam de lado os registros que poderiam por a própria crise em dúvida, pois dentro desse tipo de enredo, qualquer continuidade é transgressora.

Por outro caminho, mas em direção próxima do que foi dito, ao comentar como certos autores (como Euclides da Cunha e Joaquim Nabuco) se tornaram chaves para a compreensão não só do Império, mas do Brasil, Maria Helena Machado<sup>4</sup> destaca outros autores que foram, com o passar do tempo, se tornando menos freqüentados, sendo lidos apenas como fonte de um processo histórico, porém não como construtores de uma certa face da Nação. Dentre estes, Maria Helena Machado destaca Couto de Magalhães, sócio do IHGB e monarquista convicto.

Acompanhar a obra de Couto de Magalhães, a sua atuação pública, bem como suas reflexões íntimas sobre ambos aspectos, enseja mais do que uma biografia de um medalhão do Império. De fato, o que sugere esta análise é mais do que o perfil de um notável do Império, mas a figura de um indivíduo que, encarnado a figura do engendrador de mitos, soube expressar uma certa configuração do Brasil, dedicando sua vida em prol da nacionalidade. Tendo sido o criador de muitas matrizes do imaginário brasileiro, suas formulações podem ser detectadas em diferentes vertentes do pensamento nacional, das últimas décadas do XIX até os estertores do Estado Novo, senão depois<sup>5</sup>.

Por outro caminho, mas concluindo de forma próxima ao artigo de Maria Helena Machado, destacamos que a revista do IHGB (objeto desse estudo), se vista pelo prisma da crise do Império, perde a força enquanto fragmento de um processo mais amplo, constitutivo de um vocabulário político e de programas para a Nação que podem ter tido desdobramentos independente do fim do Império. Afinal, pelo menos o IHGB, como se sabe, ainda hoje permanece ativo. Trata-se, então, de percorrer o caminho enunciado na epígrafe que abre a dissertação, onde o futuro aparece em aberto, pois Moreira de Azevedo, ao citar a frase de Evaristo da Veiga “A pedra rolou do alto da montanha, e não se sabe onde irá parar”, colocava em cena, enquanto historiador que escrevia em 1874<sup>6</sup>, um fragmento das experiências e expectativas daqueles que vivenciaram as regências, anunciando que naquele passado, como em seu presente, não existia uma certeza, mas um

---

<sup>4</sup> C.f. MACHADO, Maria Helena P. T. Um Mitógrafo no Império: A Construção dos Mitos na História Nacionalista do Século XIX. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 63-80, 2000.

<sup>5</sup> Ibid., p. 66.

<sup>6</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Motim político de 3 de abril de 1832 no Rio de Janeiro**. 37 (49): 367-381, 1874.

*horizonte de expectativas*<sup>7</sup>. Sendo assim, essa dissertação tem como objetivo tratar os artigos impressos na revista do IHGB de 1870 a 1890, até o quanto for possível, pelos olhares e vocabulários dos sócios que a escreviam, um conjunto de letrados que, com o fim do Império, não enxergava apenas causas ou processos históricos, mas o desfazer de seus *horizontes*. Nesse sentido, a presente dissertação trata, também, de um *tempo histórico*, afinal, os sócios do IHGB mantinham, de longa data, estreita relação com o Imperador (o que a **Alocução** de Taunay não deixa de sublinhar) desde, pelo menos, à fundação do Instituto Histórico. Ou seja, além de um *horizonte de expectativas* estava em jogo um *espaço de experiências*<sup>8</sup>.

Se voltarmos ao outro ponto que define os limites desse estudo, o fim da guerra do Paraguai, veríamos que os mesmos sócios do IHGB, que viam futuros se tornarem passado em 1890, se colocavam, em 1870, como herdeiros de um Império e dirigentes a serviço de um Imperador que merecia ser defendido mesmo frente às adversidades da guerra (cujo detalhamento se dará no terceiro capítulo). Nesse movimento de defesa de uma herança, a revista do IHGB (a partir daqui apenas Revista), onde as experiências da guerra foram comentadas e significadas, afirmava tanto o valor dos trabalhos anteriores do Império quanto a utilidade de lhes dar continuidade. Manter a Revista, então, era uma ação, uma forma de intervir no tempo presente. Se a Revista era tanto herança quanto construção, é também um bom princípio para comentar a favor do que os sócios do IHGB se colocavam.

Em um artigo recente, Manoel Salgado<sup>9</sup> comenta certos *textos de fundação* publicados pelo IHGB em seus primeiros anos, nos quais percebe um

<sup>7</sup> KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2006.

<sup>8</sup> “Tem sentido se dizer que a experiência proveniente do passado é espacial, porque ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois. (...) é mais exato nos servimos da metáfora do horizonte de expectativa, em vez de espaço de expectativa. Horizonte quer dizer aquela linha atrás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado” (Ibid., p. 311). Tais categorias servem a investigação de um *tempo histórico* na medida em que por elas é possível ter algum controle de como o passado orienta a expectativa de futuro e, assim, como tal expectativa interfere diretamente na ação no presente, é possível tratar de um *tempo* em construção pela ação de certos atores e contextos dentro de um certo enredo, ou seja, é possível tratar de um *tempo* construído historicamente.

<sup>9</sup> GUIMARAES, M. L. S. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: José Murilo de Carvalho. (Org.). **Nação e Cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1, p. 93-122.

deslizamento entre diferentes concepções históricas. Assim, homens virtuosos e feitos notáveis deveriam ser salvos do esquecimento como forma de disseminar exemplos morais e políticos, diretriz que foi seguida por muitos anos no IHGB<sup>10</sup>. A necessidade de coligir e metodizar documentos necessários à escrita da história foram eleitas etapas fundamentais para a escrita de uma história nacional, o que, posteriormente, fez da Revista espaço de publicação de tais documentos. Dever-se-ia, ainda, segundo tais *textos de fundação*, corrigir considerações herdadas, que injustamente manchavam a Nação, produzindo-se uma história do ponto de vista brasileiro. Por fim, foi pensada a escrita de uma história nacional por referência a uma história filosófica, que desse conta de reviver o passado dentro de sua própria tonalidade, assim a dimensão estética do texto histórico era tão relevante para sua eficácia quanto a crítica aos documentos que lhe serviam de sustentação<sup>11</sup>. Tais formas de pensar e organizar o passado coexistiam sem se excluir no discurso inaugural do cônego Januário da Cunha Barbosa, em 1839, assim como na resposta dada por Rodrigo de Souza da Silva Pontes a “questão formulada em sessão de 24 de novembro de 1840, a respeito do “melhor meio para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil”<sup>12</sup> e ainda na “Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil”<sup>13</sup> escrita por Raimundo José da Cunha Mattos.

Assim é que foram armadas as bases para a Revista, onde a Nação<sup>14</sup> viria a se afirmar por um conjunto de qualidades em que tanto seu passado colonial quanto sua antiguidade ameríndia<sup>15</sup> (embora antecedam sua possível unidade territorial e política) deveriam operar como um protótipo do que ela se destinava a ser: um todo homogêneo. Nesse sentido, os traços que definiam a Nação na Revista (como a língua nacional<sup>16</sup> ou a *cor local*) não podiam construir um passado que não estivesse contido no presente. A Nação não poderia ter falado a

<sup>10</sup> C.f. ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”. A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 2000/1.

<sup>11</sup> Um texto exemplar desse tipo de escrita da história é **A tarefa do historiador** de Humboldt.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 109.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 114.

<sup>14</sup> Ver, entre outros, RICUPERO, Ricardo. **O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004 (coleção temas brasileiros).

<sup>15</sup> Sobre a arqueologia e etnografia do IHGB ver especialmente KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: A etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)**. (Doutorado em História) PUC-Rio, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2005.

<sup>16</sup> C.f. LIMA, Ivana Stolze A língua brasileira e os sentidos de nacionalidade e mestiçagem no Império do Brasil. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, pp. 334-356.

língua tupi antes e depois o português, tais línguas deveriam ser enredadas de forma que o passado permeasse o presente, de forma que seria possível falar desses elementos nacionais mesmo em um passado onde a Nação não tinha nem unidade política, nem território definido. Esse ponto será retomado na primeira parte do segundo capítulo, onde a Revista será apresentada, assim como o compromisso dos sócios do IHGB em, por ela, materializar a Nação. Por ora é válido adiantar que essa representação era consumada na Revista não por um texto, mas pelo conjunto de artigos e documentos coligidos pelos sócios, compondo uma coleção<sup>17</sup> que operava como metáfora da Nação, disseminando, por um gosto próximo ao antiquarismo, certos pontos e cores pelos quais seria possível falar dela e, na ocasião da guerra, lutar por ela.

Se a Nação vinha sendo definida desde a fundação do Instituto Histórico por traços escolhidos em um intenso debate, onde brasileiros, brasilianistas e viajantes<sup>18</sup> entravam em jogo, lidava-se com o passado ainda de outra forma. Alguns artigos impressos na Revista comentavam certas heranças, não por comporem a Nação, mas pela necessidade de superá-las. Dizia Augusto Fausto de Souza<sup>19</sup>, sócio atuante no IHGB:

a todo aquele que ligar interesse ao progresso do Brasil e de suas instituições, não poderá escapar, por pouco que tenha nisso meditado, a desigualdade com que, a todos os respeitos, estão constituída as suas diferentes províncias<sup>20</sup>.

Fausto de Souza criticava neste **Estudo** o *estado atual* das províncias, herança dos tempos coloniais que deveria ser revista. Nele sugere que o Império, frente às mãos de homens seletos (reunidos no IHGB ao redor do Imperador), poderia ser repensado, podia ser administrado. Como veremos, especialmente pelo **Memorial Orgânico** (1849) de Varnhagen (na primeira parte do segundo capítulo), a disposição em administrar antecede o momento no qual nos situamos (1870 a 1890). Se Varnhagen já atentava para a necessidade de se definir as fronteiras com outros Estados, a mesma preocupação aparece na Revista, sendo

<sup>17</sup> POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vol 1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.

<sup>18</sup> Entre outros ver, VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras 199; SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não e longe daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo: Cia. da Letras, 1990; ROUANET, Maria Helena. **Eternamente em berço esplendido: a fundação de uma literatura nacional**. São Paulo : Siciliano, 1991

<sup>19</sup> SOUZA, Augusto Fausto de. **Estudo sobre a divisão territorial do Brasil**. Brasília: Ministério do Interior; Fundação Projeto Rondon, 1988 [1880]

<sup>20</sup> Ibid. p. 15.

comentada na primeira parte do terceiro capítulo. Se a população nacional era uma questão a ser discutida no **Memorial**, Couto de Magalhães, em seu **Ensaio de Antropologia: regiões e raças selvagens**<sup>21</sup> (que será tratado nesse mesmo terceiro capítulo), partindo de suas heranças, destacava o *selvagem* como aquele que deveria anteceder o *branco* na expansão civilizadora em direção ao *sertão*. Devido a essa disposição em administrar o Império, particular aos sócios do IHGB, a Revista comportou diferentes debates sobre fronteiras e nações que ganhavam forma enquanto uma discussão sobre os meios de se promover o progresso do Império. Debates que se davam até certo limite, pois tudo o que fosse possível de melhoria devia ser posto em discussão, desde que não se colocasse em risco aquilo que se defendia: o Império.

Nesse sentido, sem definir o que era a Nação ou os meios de se promover o progresso outra história (nesse caso mais próxima da retórica<sup>22</sup>) ganhava forma na Revista, argumentando por valores morais e políticos. Assim, esta história demonstrava como certas atitudes tomadas ao longo da Regência eram nocivas à ordem e, sobretudo, ao Império. Se as regências foram marcadas pela *anarquia*, graças à atividade excessiva e apaixonada dos partidos políticos, como veremos especialmente pela produção (comentada no primeiro capítulo) do sócio Manuel Duarte Moreira de Azevedo quem mais as discutiu, ensinava-se, por tais exemplos, a necessidade de evitar certas atitudes, do contrário, estaria novamente armado o palco para a *anarquia* se manifestar. Assim, era possível falar em progresso, desde que em espaço restrito e sem que os ânimos se tornassem *paixões violentas*.

Por fim, explicitemos que três linhas operam como camadas de entendimento e de construção do argumento: uma compreensão da Revista (o objeto que possibilita o estudo): a disposição em administrar particular aos sócios do IHGB (que poderia ser definida inicialmente como vocação em produzir verdades sobre a Nação sem, no entanto, estimular qualquer tipo de debate partidário, pois o instrumento de formulação desta verdade, a *ciência*, devia ser apartidária); e o antiquarismo (ou o gosto pelos objetos passados, que traz consigo

<sup>21</sup> MAGALHÃES, José Vieira Couto de, 1837-1898. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 359-516, 1873.

<sup>22</sup> C.f. SOUZA, Roberto Acízelo Quelha de. **O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: EDUFF, 1999 e o segundo capítulo de AUERBACH, Erich. **Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental**. 5. ed. rev. - São Paulo : Perspectiva, 2004.

a crítica da autenticidade e autoria destes objetos e a possibilidade de, por tais fragmentos, disseminar pontos de referência que compõem o território nacional e um entendimento sobre seus habitantes). Dessa forma, embora cada capítulo constitua algo individualizado, estes três pontos percorrem toda a dissertação.